



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
ATA DE REUNIÃO

5ª Reunião Ordinária dos Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus

| IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO | | |
|---|------------------------|---------------------------|
| 11/08/2022 | 9 HORAS | VIDEOCONFERÊNCIA |
| COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º GRAU | | |
| MEMBROS | NATUREZA | FORMA DE PROVIMENTO |
| Desembargador José Ricardo Porto | Presidente | Indicado pela Presidência |
| Desembargador João Benedito da Silva | Suplente do Presidente | Indicado pela Presidência |
| Juiz Bruno Medrado dos Santos | Titular | Eleição direta |
| Juiz Fábio Brito de Faria | Titular | Eleição direta |
| Juiz Odilson de Moraes | Titular | Indicação do Pleno |
| Juíza Janete Oliveira Ferreira Rangel | Titular | Eleição direta |
| Juiz Gilberto de Medeiros Rodrigues | Titular | Eleição direta |
| Servidor Gustavo Farias Alves | Titular | Eleição direta |
| Servidor Danilo Lacerda Fernandes | Titular | Eleição direta |
| Servidora Janecleide Lázaro Oliveira Ressia | Titular | Indicação do Pleno |
| Servidor Washington Rocha de Aquino | Titular | Eleição direta |
| Servidor José Marcos Neto Bernardo | Titular | Eleição direta |
| COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 2º GRAU | | |
| MEMBROS | NATUREZA | FORMA DE PROVIMENTO |
| Desembargador Leandro dos Santos | Titular | Entidade de classe |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

PAUTA

1. Apresentação da Execução Orçamentária e Financeira – junho/22;
2. Apresentação e deliberação de propostas para construção do Orçamento, a fim de encaminhar para análise da Presidência;
3. Apresentação dos critérios estabelecidos para o desenvolvimento do Parque de Renovação Tecnológica e projetos previstos para ação preventiva da concentração de demandas – Ney e Dr. Jeremias;
4. Outros assuntos de interesse do Orçamento;
5. Encaminhamentos.

DEBATES

Aos onze dias do mês de agosto do ano de 2022, pelas 9h, reuniram-se, por videoconferência, os Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba -TJPB. Iniciados os trabalhos, o Des. José Ricardo Porto, Presidente do Comitê de 1º Grau, abriu a reunião cumprimentando a todos(as) e agradeceu dizendo que todos(as) colaboram para a projeção e grandeza que o orçamento vem conseguindo, ressaltando que o orçamento do TJPB, nunca esteve tão equilibrado e com tantos recursos. Foram justificadas as ausências: juíza Mayuce Santos Macedo, em virtude das audiências criminais agendadas; servidor Altamir de Alencar Pimentel Filho, por motivo de férias. Registrou-se a presença de Izabel Nóbrega, Diretora de Economia e Finanças - DIFIN, assim como as presenças de Thaís Neves, estagiária da DIFIN, Erivalda Rodrigues Duarte, Gerente de Programação Orçamentária - GEORC, Ronald Cavalcanti, Gerente de Finanças e Contabilidade – GEFIN e Ney Robson Pereira de Medeiros, Diretor de Tecnologia da Informação - DITEC, além dos membros que figuram à folha 01 da presente Ata. Na sequência, o Des. José Ricardo passou a palavra para Ana Caroline, Gerente de Projetos e Gestão Estratégica – GEPRO, tendo ela apresentado a pauta principal. Após, concedeu a palavra para Izabel Nóbrega, a fim de iniciar a apresentação do ponto 1 e ponto 2 da pauta principal: **1) Execução Orçamentária e Financeira – junho de 2022; e 2) Apresentação e deliberação de propostas para construção do Orçamento, a fim de encaminhar para análise da Presidência:** Izabel Nóbrega iniciou a apresentação da Execução Orçamentária e Financeira de janeiro a julho de 2022. Apresentou os valores da Receita Prevista x Realizada, para ESMA, Tesouro e Fundo Judiciário. Ressaltou que a maior fonte de recursos é o Duodécimo e em seguida está o Fundo Especial do Poder Judiciário (FEPJ). Seguiu apresentando outros valores do Tesouro, como Composição das Despesas. Destacou a arrecadação do ano de 2022, que vem bem acima da média, mostrando que foi recuperado a baixa arrecadação sofrida principalmente no ano de 2020, em decorrência da pandemia. Em relação às despesas do FEPJ, disse que a maior porcentagem é do Auxílio Saúde. Disse, também, que os serviços de TI, como compra de softwares, a partir de 2020, passaram a ser entendidos como despesas de capital, por ser um bem intangível pertencente à entidade. Sobre a ESMA, foi destacado que ela está com um déficit e basicamente vem sendo custeada pelo FEPJ. Também apresentou os números do pagamento de Precatórios do período de janeiro a julho. Ao término da apresentação, o Des. João Benedito perguntou se é considerando receita financeira a correção monetária que está no Banco do Brasil (BB), tendo Izabel respondido que são dois contratos com o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

BB, o da folha e os de depósitos judiciais de precatórios. Os depósitos judiciais de precatórios, a remuneração dos recursos não é para o Tribunal, fica para o depósito judicial a correção e fica para o Precatório. Mas, em cima desse montante, o Banco do Brasil nos paga uma remuneração, e os recursos que estão no Banco rendem com correção monetária, por isso consideradas receitas financeiras do FEPJ. E o detalhe é que só se tem a correção monetária do FEPJ, mas do Tesouro não se tem, porque o Executivo não passa recurso para o TJ, já que o Duodécimo pertence ao Estado. Dr. Gilberto Rodrigues perguntou como está a questão da derrubada ou não do veto acerca do dispositivo que trata do repasse do excesso de arrecadação na Assembleia Legislativa, bem como pede para ser comentado sobre o IPCA. Com a palavra, Izabel responde que já tem o fechamento do IPCA de julho de 2021 a julho de 2022, e ficou em 11,89%. Isso representa um incremento no nosso Duodécimo de 87 milhões de reais, e desses 87 milhões parte já está comprometida com aumento que foi dado ao acervo e aumento dos(as) servidores(as). E com relação à questão do compartilhamento do excesso de arrecadação, houve uma reunião no dia 18 de julho, e ficou acertado entre os Poderes uma reunião com o Governador do Estado para derrubada do veto, ou até mesmo a proposição de uma emenda à LDO. Porém, pelo cenário de campanha eleitoral fica mais difícil o contato, por isso a pendência da reunião. Na sequência, passou-se para o ponto **3) Apresentação dos critérios estabelecidos para o desenvolvimento do Parque de Renovação Tecnológica e projetos previstos para ação preventiva da concentração de demandas – Ney Robson:** Iniciou sua apresentação falando do Plano de Contratações da área de TI 2022/2023, que segue a Resolução 182/2013 CNJ, seguindo o disposto no artigo 7º da Resolução, que deverá ser elaborado no exercício anterior ao ano de sua execução, e ser submetido até o dia 30 de novembro de cada ano, mas que está antecipando para esse mês de agosto. Ressaltou que o Tribunal deverá se adequar para os próximos anos, para que já se tenha uma previsão dos investimentos e projetos, muitos deles já constando no PPA. O Plano de Contratações pode ser revisado periodicamente e cita que foi o que aconteceu quando, no ano passado, por uma Resolução do CNJ, foi solicitada a instalação do Balcão Virtual, e isso foi acrescentado por meio dessa revisão do Plano que uma vez aprovado pelo Comitê Orçamentário, segue para a Presidência. Falou sobre a nova Resolução nº 468, de 15 de julho de 2022, mas que só deve entrar em vigor a partir do próximo ano, na data da entrada em vigor da nova Lei de Licitações 14.133/2021. A nova Resolução retira a obrigatoriedade de apresentar o Plano até o dia 30 de novembro, alinhando-se com o Planejamento Estratégico Institucional e com a solicitação da DIFIN para apresentar até agosto, a fim de ser incorporado ao Orçamento. Com essa nova Resolução, os Tribunais devem prover os meios necessários para que essas novas diretrizes sejam divulgadas, além de promover capacitação dos agentes públicos das áreas envolvidas. O Plano de Contratações foi dividido em eixos: Infraestrutura, Softwares, Gestão de Pessoas e Suporte. Uma de suas observações, é que não seria necessário adquirir novas impressoras para o ano de 2023, segundo recomendações do CNJ e Tribunal de Contas, porque não vale manter como se fosse um ativo de TI, já que 98% dos processos já estão digitalizados. Apresentou os projetos e valores para a área da Tecnologia, exemplificando com a troca de scanners, inicialmente apenas 50% do Parque, bem como enfatizou a necessidade de pessoal, já que, atualmente, na área de TI, conta-se com apenas 38 pessoas, enquanto pelo CNJ é recomendado 130, em média. Assim,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

ênfatiza a necessidade de concurso para ocupar os cargos. Com base na apresentação do Diretor de Tecnologia da Informação, o Des. Leandro elencou três pontos essenciais: 1) Cibersegurança - que é imprescindível o investimento já que os ataques comprometem a funcionalidade e geram desconfiança; 2) Renovação do Parque Tecnológico - que é de extrema relevância; 3) Contratação de Pessoal – suporte necessário para as ferramentas sejam postas em prática. Ney resume sua fala na necessidade de investir na Infraestrutura e contratação de pessoas, apresentando valores estimados para o Plano de Contratações e outro no ramo de Softwares, especialmente por conta da invasão cibernética (ransomware). Facultada a palavra, o Des. João disse que a DITEC se tornou o coração do Judiciário, até porque daqui para o final do ano todos(as) estarão trabalhando com 100% do PJe. Por isso deve-se trabalhar nessas três frentes apresentadas: Renovação do Parque Tecnológico, Contratação de Softwares e Contratação de Pessoas. Também externou preocupação com a segurança cibernética e capacitação de pessoal, como uma etapa superior, podendo ser pensado se aconteceria através de um webinar. Destacou a relevância quanto à ampliação da capacidade de armazenamento, através de nuvem ou outra forma e também sobre a realização de concursos. A palavra foi passada para Gustavo que informou ter participado da reunião de Acessibilidade e Inclusão e lá apresentou preocupação para ser encaminhada proposta de normativo ou de uma diretriz para que a DITEC, antes de encaminhar solicitações de compras ou escolha dos softwares, que possa analisar a questão da acessibilidade, principalmente no caso de pessoas com deficiência, uma vez que na citada Comissão existe um membro que é deficiente visual e externou dificuldades no acesso, uma vez que existem imagens que não permitem a leitura do texto que está na tela dentre outras dificuldades apresentadas. Explicou que se faz necessário o registro para que a Diretoria possa ficar atenta sobre a preocupação que deve ter com as questões sobre acessibilidade, bem como aguarda que seja encaminhado esse ponto, caso ainda não tenha sido feito. Também questionou sobre os ataques cibernéticos que ocorrem, qual é a experiência de outros tribunais do que foi “sequestrado”, como isso é compartilhado com outros tribunais ou se isso não é compartilhado, o que os tribunais fazem ou fizeram depois desse ataque, se há um comitê, uma troca de informações de experiências, ou o que foi feito fica sobre sigilo das providências tomadas, com a finalidade de que os tribunais que não foram atacados possam se prevenir. Sobre a primeira indagação, Ney disse que há uma preocupação quanto à questão da acessibilidade e inclusão, e ele despachou um processo recente, exatamente da Comissão de Acessibilidade, porque a servidora não consegue trabalhar no PJe. Explicou que o Sistema PJe é um problema que vem se arrastando há muitos anos, e que não conseguiu resolver todo o problema quanto à acessibilidade, apesar das melhorias mas não resolveu tudo, e isso é em todo país. Quanto aos novos softwares desenvolvidos no Tribunal, há uma área dentro do plano de desenvolvimento, com linguagens próprias para atingir a acessibilidade. Alguns softwares mais antigos podem não ter passado por essa análise, mas os novos passam por essa revisão, observando a questão de contraste, tamanho de fonte, possibilidade de leitura de tela, entre outros. Ney também falou sobre a Resolução CNJ nº 347/20, que trata sobre Plano Anual de Contratações para 2023, mencionando a existência do PA 2022053555. Com a palavra, Ana Caroline disse que é um trabalho contínuo e diferenciado que precisa ter, mas é muita coisa para se fazer. E registrou que na data de ontem houve uma reunião com a Unidade de Acessibilidade e Inclusão (UNAI) e que a servidora em questão também



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

faz parte da UNAI, bem como da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, tendo sido deliberado agendar um momento com ela sobre tudo que dentro do portal do TJPB para identificar as dificuldades. Também disse que estão saindo algumas demandas da UNAI para DITEC, que já tem tantas outras, mas que os recursos são limitados. Ney completou a fala dizendo que a servidora deve utilizar um software gratuito, o que limita algumas coisas. Mas, posteriormente, o Tribunal pode trabalhar na questão da contratação de um software importado. E, em relação à Segurança Cibernética, esse assunto realmente é tratado a sete chaves, ocorrendo alguns encontros e sendo divulgadas algumas informações, mas estão fazendo contratações de softwares, de equipamentos de segurança, e requer reforço. Acha que no Comitê de Legislação está sendo tratado uma nova política de Segurança da Informação que deve ser atualizada frequentemente em fatores como senhas, que acabam sendo muito vulneráveis. Após, a palavra foi passada para Washington que questionou qual é o caminho da DITEC e do Centro de Tecnologia e Inovação porque toda decisão tecnológica compreende todas as pessoas, já que existe a parte de contratação, tendo que ter pessoas não só mais aquela pessoa técnica em tal lei, por exemplo, também deve entender das áreas fins, de tecnologia, sistema de adesão de ata, dentre outras. Por isso, sua sugestão trazida na última reunião, a de apresentar essa perspectiva de unidade, não sendo exclusividade apenas da DITEC, criando essa ideia de cooperação dentro do TJ. Indo a Recife, por exemplo, saber como estão sendo utilizados os softwares de inteligência artificial no TRF, já que eles fizeram uma parceria com a UFCG, pergunta se não daria para fazer a mesma coisa no TJPB, já que sua preocupação é agregar outros setores, especialmente porque, enquanto Poder Judiciário, cobra-se dos outros órgãos o cumprimento das normas de acessibilidade e outros fatores. Ney enfatizou que ainda não avançou nessas questões devido à falta de pessoal, mas que Dr. Jeremias já vem fazendo contatos com UEPB e IFPB. **4) Outros assuntos de interesse do Orçamento:** Para o último item da pauta, Ana Caroline trata sobre o Orçamento 2023 e sobre demandas que os magistrados(as) e servidores(as), representando a Circunscrição gostariam de propor para ser acrescentado no Orçamento. Lembrou que o TJPB tem metas a serem ligadas ao Planejamento Estratégico para compor o Orçamento e que essa reunião foi proposta para o caso de haver alguma proposta para ser integrada no Orçamento. O Des, João falou sobre o Prêmio de Produtividade, dizendo que está pensando em lançar um Prêmio para os assessores que trabalham na área judiciária porque nos gabinetes, as pessoas que não estão dando conta do trabalho poderiam ficar incentivadas para produzirem com qualidade e em menor tempo. Ana Caroline disse que esse é um item que já vem sendo proposto pela Comissão Revisora, a inclusão do 2º grau no Prêmio. Porém, as Resoluções que trazem os critérios do Prêmio são anuais. A do ano de 2022 ainda está em fase de conclusão. Neste caso, somente haveria inclusão na Resolução de 2023, para ser desembolsado em 2024. O Des. João falou sobre a PEC 63, que está em andamento, se de fato é caráter indenizatório e se o valor é do Tesouro ou do FEPJ. Izabel afirma que toda verba de caráter indenizatório tem dois aspectos, a visão jurídica e a visão contábil. Na visão contábil segue os normativos da STN. Esses normativos indicam, de acordo com a contabilidade pública, utilizar o Tesouro ou FEPJ. No caso de verbas advindas de tempo de serviço, todas essas são, do ponto de vista contábil, de natureza remuneratória, Então, a única fonte de recursos que nós temos é o Tesouro. Pelos cálculos que já fizemos, temos uma folga orçamentária em média de 57 milhões, tirando já os 9% do aumento da gratificação da magistratura, mas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

o Comitê já pode solicitar a alocação desse recurso também. Com a palavra, Washington sugeriu a possibilidade de contratar Startups, que é uma modernização administrativa. Mas que só poderá ser encaminhada futuramente, analisando toda a viabilidade técnica. Já Gustavo disse que um ponto que atrapalha nessa questão que Washington trouxe é, por exemplo, um bolsista de mestrado ou doutorado, que não vai poder receber uma bolsa do Tribunal de Justiça porque acumula com sua bolsa de mestrado ou doutorado, o que inviabiliza fazer com que a pessoa trabalhe no TJ. Então, sua ideia seria suprir isso, de forma que aumentasse a bolsa do Tribunal para que pudesse atrair pessoas. Izabel relata que recentemente houve o aumento da bolsa de estagiários(as), e um dos fundamentos foi justamente para atrair mais pessoas, já que havia uma grande defasagem. Com o aumento, o TJPB saiu do patamar dos que pior pagavam e alcançou o 2º lugar, atrás apenas do Tribunal de Contas. Com isso, o problema pode estar sendo amenizado, com a possibilidade de ser revisto próximos ajustes para o próximo ano, já que é um contrato com o Centro Integrado Empresa-Escola (CIEE) e é custeado pelo FEPJ. Cedida a palavra para Dr. Odilson, ele disse que se fosse para ter acréscimo, acha mais viável ser na remuneração dos assessores, ou na criação de novos cargos, já que a experiência do estágio ser mais na troca de conhecimento, e não ficar muito tempo, sugerindo remunerar bem os assessores. O Des. José Ricardo disse que o(a) estagiário(a) fica por um tempo menor, já os assessores permanecem por um período maior e, pelo que foi apresentado por Izabel, não precisaria elastecer a bolsa dos(as) estagiários(as). Já o Des. João salientou que estagiário(a) não é remunerado, eles(as) recebem uma bolsa e o bem maior é o aprendizado. Gustavo destacou que está como assessor de gabinete, e complementa que este comitê propôs o aumento dos assessores, mas a proposta final do Pleno foi pelo não aumento da remuneração e sim, do número de assessores, tornando-se contraditório. Dr. Gilberto Rodrigues colocou a importância da manutenção de Fóruns, apesar de que alguns pelo interior estão passando por reformas, mas que o Fórum é o símbolo do Poder Judiciário na comarca, e que alguns precisam de manutenção mínima. Por isso, propõe que se tivesse um olhar em todos os Fóruns, com um padrão mínimo de conservação deles, e obviamente colocação de recursos para isto. Acredita que os recursos já existem, mas falta o cumprimento do contrato, além do fato desse padrão de qualidade mínima, contribuir para a imagem de um Judiciário eficiente. Outra questão, é que por ele ser Coordenador do Projeto de Aperfeiçoamento da Atividade Pericial, no quesito valores, muitos Peritos recusam a perícia pelo baixo valor dado na Resolução de 2017, que previa a composição, e observou que os valores estão impactando nessa recusa. Izabel se pronunciou dizendo que foi aberto um PA nº 2022102349, tratando dos Peritos, com relação ao IPCA de julho de 2017 a junho de 2022. Ana Caroline perguntou se em relação ao aumento de cargos ou remuneração deve passar pelo CNJ e Izabel disse que só o aumento de quantitativo de cargos. O Des. José Ricardo sugeriu voltar a esse tema e fazer um estudo melhor, com planejamento mais apurado, para um debate mais satisfatório, e Izabel falou que esse estudo depende de números e índices, mas que no final do ano terá um cenário mais apurado, então pode-se criar um cenário de viabilidade, com mudança e fundamento para criação de cargos. Ana Caroline disse que o ponto trazido por Dr. Odilson fica como uma demanda para aguardar esses números e indicadores e, e em relação à proposta de manutenção dos Fóruns, acredita que já vem sendo incorporado pela Diretoria Administrativa, bem como a questão sobre os Peritos também vem sendo aplicado já com a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

reposição Inflacionária e finaliza a reunião, agendando a próxima para o dia 26/08, às 09 horas, a fim de apresentação da Peça Orçamentária, antes de ser apresentada ao Tribunal Pleno. Encerrando o momento, o Des. José Ricardo agradeceu e parabenizou Dra. Izabel pela exposição sobre a Execução Orçamentária e Financeira, bem como agradeceu a todos os membros e apoiadores(as) destes Comitês.

5) Encaminhamentos:

- 1) Reunião agendada para o dia 26/08/2022, às 09 horas para apresentação da peça orçamentária.

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo Presidente da Comissão de 1º Grau.

JOSE RICARDO
PORTO:476947
3
Desembargador José Ricardo Porto
Presidente da Comissão do 1º Grau

Assinado de forma digital
por JOSE RICARDO
PORTO:4769473
Dados: 2022.08.18
08:43:02 -03'00'

JOAO BENEDITO DA
SILVA:4682548
Desembargador João Benedito da Silva
Suplente do Presidente da Comissão do 1º Grau

Assinado de forma digital por JOAO
BENEDITO DA SILVA:4682548
Dados: 2022.08.18 06:24:07 -03'00'